



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NOTAS EXPLICATIVAS

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

31 de dezembro de 2015 e 2014
com Relatório dos Auditores Independentes
e Relatório da Administração



Índice

DADOS DA INSTITUIÇÃO	3
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	4
BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO).....	5
BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO).....	6
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	7
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11).....	8
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL.....	10
NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	10
NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS	10
NOTA 04 - CONTAS A RECEBER	13
NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE).....	13
NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE).....	14
NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)	15
NOTA 08 - EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)	15
NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	16
NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS	16
NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO	16
NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES.....	16
NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS.....	16
NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO	17
NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS.....	17
NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA.....	17
NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS	17
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO	20

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

Dados da Instituição

31 de dezembro de 2015 e 2014



DADOS DA INSTITUIÇÃO

Sede Matriz:

Instituição Adventista Sul Brasileira de Saúde

CNPJ 15.116.763/0001-70

Rua João Carlos de Souza Castro, 562 – Guabirota – Curitiba / PR

Sedes Filiais:

Clinica Adventista de Curitiba

CNPJ 15.116.763/0004-12

Alameda Julia da Costa, 1447 – Bigorriho – Curitiba / PR

Clinica Adventista de Porto Alegre

CNPJ 15.116.763/0003-31

Rua Matias José Bins, 581 – Três Figueiras - Porto Alegre / RS

Clinica Adventista Bom Samaritano

CNPJ 15.116.763/0002-50

Rua Irmã Maria José Trevisan, 45 – Farrapos - Porto Alegre / RS



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Cumprindo as disposições legais e estatutárias, submetemos para apreciação, as Demonstrações Financeiras, as Notas Explicativas e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Diretoria:

Marlinton Souza Lopes
Presidente

Charles Edson Rampanelli
Diretor

Edson Erthal de Medeiros
Administrador

Carlos Alberto Blotz
Contador
CRC/PR 047958/O-1

Pablo Leonardo de Lima Ramos
Controller
CRC/PR 063935/O-1



BALANÇO PATRIMONIAL (ATIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
1	Ativo Total		11.090.130	5.397.920
1.01	Ativo Circulante	03.1	3.059.450	2.432.093
1.01.01	Caixa e Equivalente de Caixa	03.3	959.419	1.131.797
1.01.01.01	Caixa		2.400	2.721
1.01.01.02	Banco Conta Movimento		240.815	320.339
1.01.01.03	Banco Conta Aplicações		716.204	808.737
1.01.02	Contas a Receber	03.4 e 4	1.458.821	910.486
1.01.02.01	Serviços de Saúde		1.496.438	934.906
1.01.02.02	Clientes		3.108	8.127
1.01.02.03	Adiantamentos a Pessoal		10.021	7.731
1.01.02.04	Entidades Congêneres		39.986	523
1.01.02.05	Outros Créditos		13.158	16.889
1.01.02.06	(-) Deduções Crédito Liquidez Duvidosa	03.5	(103.890)	(57.690)
1.01.03	Estoques	03.6	42.907	30.733
1.01.03.01	Materiais de Consumo		42.907	30.733
1.01.04	Despesas Antecipadas		598.303	359.076
1.01.04.01	Despesas do Exercício Seguinte	03.7	598.303	359.076
1.02	Ativo Não Circulante	03.1	8.030.680	2.965.827
1.02.01	Realizável a Longo Prazo	05	0	1.001.654
1.02.01.01	Investimento		0	1.654
1.02.01.02	Adiantamento a Longo Prazo		0	1.000.000
1.02.02	Imobilizado	03.8 e 06	8.030.680	1.963.808
1.02.02.01	Terrenos		6.013.264	513.264
1.02.02.02	Edifícios		1.214.150	1.214.150
1.02.02.03	Móveis e Utensílios		320.930	238.176
1.02.02.04	Máquinas e Equipamentos		1.643.317	930.271
1.02.02.05	(-) Depreciação Acumulada		(1.160.981)	(932.054)
1.02.03	Intangível	06	0	365
1.02.03.01	Direitos de Uso de Softwares		45.338	45.338
1.02.03.02	(-) Amortização Acumulada		(45.338)	(44.973)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015 e 2014

BALANÇO PATRIMONIAL (PASSIVO)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
2	Passivo Total		11.090.130	5.397.920
2.01	Passivo Circulante	07	1.237.778	862.487
2.01.01	Contas a Pagar		1.187.407	766.396
2.01.01.01	Fornecedores de Materiais e Serviços		634.277	462.404
2.01.01.02	Obrigações Tributárias		450.020	202.927
2.01.01.03	Obrigações Trabalhistas		46.482	36.643
2.01.01.04	Obrigações com Empregados		41.756	38.548
2.01.01.05	Fundos em Confiança		12.407	18.692
2.01.01.06	Outras Contas a Pagar		2.465	7.181
2.01.02	Provisões	12	50.371	96.091
2.01.02.01	Provisões para Contingências		50.371	96.091
2.02	Passivo Não Circulante		3.040.000	1.015.552
2.02.01	Realizável a Longo Prazo		3.040.000	1.015.552
2.02.01.01	Obrigações Tributárias		0	15.552
2.02.01.02	Empréstimos	08	3.040.000	1.000.000
2.03	Patrimônio Líquido	09	6.812.352	3.519.882
2.03.01	Patrimônio Social		6.812.352	3.519.882
2.03.01.01	Patrimônio Social		3.519.882	3.169.242
2.03.01.02	Superávit do Exercício		3.292.470	350.640

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Nota Explicativa	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
3.01	Receitas Operacionais	03.13	10.804.997	6.512.227
3.01.01	Receitas de Serviços e Contribuições		7.627.044	6.123.402
3.01.01.01	Serviços de Saúde		7.907.650	6.342.052
3.01.01.02	Serviços de Saúde Gratuitos		5.270	2.500
3.01.01.03	(-) Descontos, Abatimentos e Deduções		(285.876)	(221.150)
3.01.02	Receitas de Doações, Subvenções e Outras		3.177.953	388.825
3.01.02.01	Subvenções Não Governamental - Sem Res		3.152.000	377.500
3.01.02.02	Outras Receitas Operacionais		25.953	11.325
3.02	Resultado Bruto		10.804.997	6.512.227
3.03	Despesas Operacionais		(7.727.461)	(6.264.893)
3.03.01	Despesas Operacionais		(7.727.461)	(6.264.893)
3.03.01.01	Despesas com Pessoal		(1.743.241)	(1.508.310)
3.03.01.02	Encargos Sociais e Previdenciários		(367.190)	(286.736)
3.03.01.03	Administrativas e Gerais		(4.623.532)	(3.937.712)
3.03.01.04	Despesas com Materiais		(282.352)	(194.270)
3.03.01.05	Conservação e Manutenção		(407.569)	(84.844)
3.03.01.06	Depreciação e Amortização		(230.426)	(191.348)
3.03.01.07	Encargos Tributários		(13.408)	(9.173)
3.03.01.08	Assistência e Orientação Social		(54.473)	(50.000)
3.03.01.09	Aplicado em Gratuidade na Saúde		(5.270)	(2.500)
3.04	Resultado Operacionais		3.077.536	247.334
3.05	Resultado Financeiro e Patrimonial		104.801	102.577
3.05.01	Receitas e Despesas Financeiras		105.151	99.264
3.05.01.01	Receitas Financeiras		105.473	99.650
3.05.01.02	Despesas Financeiras		(322)	(386)
3.05.02	Receitas e Despesas Patrimoniais		(350)	3.313
3.05.02.01	Receitas Patrimoniais		380	5.600
3.05.02.02	Despesas Patrimoniais		(730)	(2.287)
3.06	Resultado Outras Receitas e Despesas	13	110.133	728
3.06.01	Outras Receitas e Despesas		110.133	728
3.06.01.01	Outras Receitas		133.810	120.586
3.06.02.01	Outras Despesas		(23.677)	(119.858)
3.07	Superávit do Resultado do Exercício	14	3.292.470	350.640

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO (Nota 11)

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Exercício Anterior 31/12/2014
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	4.081.767	(521.056)
4.01.01	Resultado do Exercício Ajustado	3.522.242	555.905
4.01.01.01	Superávit do Exercício	3.292.470	350.639
4.01.01.02	Depreciação do Imobilizado	228.927	151.741
4.01.01.03	Amortização do Intangível	365	11.317
4.01.01.04	Provisão/Reversão Créditos de Liquidez Duvidosa	46.200	(1.953)
4.01.01.05	Provisão/Reversão Contingências	(45.720)	44.162
4.01.02	(Aumento) Redução Ativos Circulantes	154.064	(1.462.417)
4.01.02.01	Contas a Receber	405.465	(1.093.891)
4.01.02.02	Estoques	(12.174)	(11.961)
4.01.02.03	Despesas Antecipadas	(239.227)	(356.565)
4.01.03	Aumento (Redução) Passivos Circulantes	405.461	385.456
4.01.03.01	Fornecedores de Materiais e Serviços	171.873	190.795
4.01.03.02	Obrigações Tributárias, Trabalhistas e Empregados	244.589	172.694
4.01.03.03	Fundos em Confiança e Outros	(11.001)	21.967
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(6.294.145)	(115.443)
4.02.01	(Acréscimo) Redução nos Investimentos	(6.294.145)	(115.443)
4.02.01.01	Investimento	1.654	(274)
4.02.01.02	Imobilizado	(6.295.799)	(115.169)
4.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamentos	2.040.000	1.000.000
4.02.01	Acréscimo (Redução) de Financiamentos	2.040.000	1.000.000
4.02.01.01	Captação de Empréstimos	2.040.000	1.000.000
4.04	Aumento (Redução) Caixa e Equivalentes	(172.378)	363.500
4.04.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.131.797	768.297
4.04.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	959.419	1.131.797

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Em Reais)

Código	Descrição da Conta	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos em 31 de dezembro de 2014	3.169.242	350.639	3.519.882
5.01.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2014	2.904.489	264.754	3.169.242
5.01.03	Transferência de Saldos Patrimônio Social	264.754	(264.754)	0
5.01.03.01	<i>Superávit do Exercício 2013</i>	264.754	(264.754)	0
5.01.04	Resultado do Exercício 2014	0	350.640	350.640
5.01.04.01	<i>Superávit do Exercício 2014</i>	0	350.640	350.640
5.02	Saldos em 31 de dezembro de 2015	3.519.882	3.292.470	6.812.352
5.02.01	Saldo Inicial em 01 de janeiro de 2015	3.169.242	350.640	3.519.882
5.02.02	Transferência de Saldos Patrimônio Social	350.640	(350.640)	0
5.02.02.01	<i>Superávit do Exercício 2014</i>	350.640	(350.640)	0
5.02.03	Resultado do Exercício 2015	0	3.292.470	3.292.470
5.02.03.01	<i>Superávit do Exercício 2015</i>	0	3.292.470	3.292.470

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras



NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Reais Mil)

NOTA 01 CONTEXTO OPERACIONAL

A INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE, denominada nas demonstrações como Instituição, é uma associação de direito privado, de fins não econômicos e não lucrativos, de natureza jurídica filantrópica, instituída pela Organização da Igreja Adventista do Sétimo Dia, e tem por objetivos e propósitos estatutários a promoção da saúde, com atuação nos estados do Paraná e Rio Grande do Sul, nas cidades dos estabelecimentos relacionados na página 3. Atualmente está se organizando para buscar a certificação da filantropia, seguindo os ditames do artigo 4º da lei nº 12.101/2009, alterada pela lei nº 12.868/2013. E ainda possui inscrição no CNES de nº 7266170. A Entidade de saúde realiza de forma adequada o recolhimento da cota patronal previdenciária para o INSS bem como a contribuição para o Programa de Integração Social - PIS.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 estão apresentados em Reais.

A Instituição declara expressamente que a elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a lei nº 11.638/2007, os termos da NBC TG 1000 aprovada pela Resolução do CFC 1.255/2009 à Resolução nº 1.185/09 do CFC e da ITG 2002 (R1) aprovada pela Resolução nº 1.409/2012 do CFC que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação dos componentes, variações patrimoniais e de estruturação das Demonstrações Financeiras das entidades sem finalidade de lucros.

A administração da instituição declara que as Demonstrações Financeiras refletem e espelham a realidade da entidade em todos os seus termos. Os resultados produzidos são frutos dos documentos arquivados e contabilizados, respondendo a administração a sociedade, pela veracidade, integralidade e procedência. A responsabilidade profissional do contabilista que referenda este conjunto de Demonstrações Financeiras está limitada aos fatos contábeis efetivamente notificados pela entidade a este profissional.

As Demonstrações Financeiras do exercício anterior, apresentados para fins de comparação, podem conter reclassificações, quando aplicáveis, para melhoria da informação e comparabilidade.

Foram elaboradas, segundo previsto na ITG 2002 (R1), as seguintes Demonstrações Financeiras comparativas: o Balanço Patrimonial - BP; a Demonstração do Resultado do Período - DRP; a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - DMPL; a Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC; e as Notas Explicativas - NE.

NOTA 03 – SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

As principais práticas contábeis na elaboração das Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 levaram em conta ao serem elaboradas e apresentadas, as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a Forma, Prudência, Integralidade, Comparabilidade e Tempestividade, estando assim alinhadas as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação das Demonstrações Financeiras poderá requerer que a administração faça uso de certas estimativas que possam afetar valores de ativos e passivos. Também, se necessário poderá promover a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das Demonstrações Financeiras.



A entidade elabora suas Demonstrações Financeiras usando o regime contábil de competência. No regime de competência, os itens são reconhecidos como ativo, passivo, patrimônio líquido, receitas ou despesas quando satisfazem as definições e critérios de reconhecimentos para esses itens.

03.1 Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes: No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações com vencimento ou com expectativa e realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com a expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

03.2 Compensação Entre Contas: Como regra geral, nas Demonstrações Financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida, como no caso das Transferências Internas, ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

03.3 Caixa e Equivalentes de Caixa: São classificados como Caixa e Equivalentes de Caixa nas Demonstrações Financeiras, os numerários em poder da empresa e moeda corrente em caixa, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, bem como os recursos que possuem as mesmas características de liquidez de caixa e de disponibilidade imediata ou até três meses ou menos e que estão sujeitos a insignificantes riscos de mudança de valor. As aplicações financeiras estão demonstradas pelos valores originais aplicados, acrescidos dos rendimentos pró-rata até a data do balanço;

03.4 Contas a Receber: As contas a receber correspondem aos valores a receber de clientes pela prestação de serviços de saúde no decurso normal das atividades da Instituição. As contas a receber, inicialmente, são reconhecidas pelo valor nominal faturado adotando-se o critério de apropriação de receitas a receber. Se o prazo de recebimento for superior a doze meses ou inferior se relevante, o valor do direito a receber é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva. Se a administração da Instituição encontrar evidências de perdas estimadas com créditos a receber a entidade reconhece imediatamente uma redução ao valor recuperável no resultado;

03.5 Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD): Esta provisão é constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos das Contas a Receber. A provisão foi calculada seguindo os critérios estabelecidos pela entidade com base na análise dos títulos e seus prováveis valores de realização;

03.6 Estoques: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é determinado usando o método do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. O valor realizável líquido é o custo estimado dos estoques para o consumo no curso normal das atividades da entidade;

03.7 Despesas Antecipadas: É representada por despesas do exercício seguinte, substancialmente, por valores pagos por antecipação relativos à contratação de prestação de serviços que serão prestados e trarão benefícios futuros para a entidade, serão apropriadas ao resultado pelo prazo previsto da confrontação das despesas com as receitas geradas por estes serviços. O saldo corresponde a recursos investidos na reestruturação da unidade de check-up que iniciará as suas atividades no próximo exercício.

03.8 Imobilizado: O valor justo apurado dos ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos da depreciação calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota 05 e levam em consideração a vida útil e utilização dos bens. O valor contábil de itens substituídos é baixado, os outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do



imobilizado, todos os outros gastos são lançados em contrapartida no resultado do exercício como despesa, quando incorrido. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o mais perto do que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativa contábil. As taxas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Descrição	Taxa Depreciação
Edifícios	4%
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Equipamentos de Informática	25%
Softwares	33,33%

03.9 Contas a Pagar a Fornecedores: As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário das atividades e são, inicialmente, reconhecidos pelo valor da fatura. Se o prazo de pagamento for superior a doze meses ou inferior se relevante, o valor da obrigação a pagar é mensurado pelo custo amortizado aplicando-se o método da taxa de juros efetiva para ajuste a valor presente;

03.10 Empréstimos: Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e o valor de resgate é reconhecida a demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando a taxa de juros efetiva.

03.11 Provisões - Uma provisão é reconhecida em decorrência de um evento passado que originou um passivo, se a administração tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar a obrigação. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de a Instituição liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é registrada mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena;

03.12 Apuração do Resultado: O resultado é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios, tanto para o reconhecimento de receitas quanto de despesas. As receitas de prestação de serviços são mensuradas pelo valor justo, acordados em contrato - valores recebidos ou a receber e reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros fluam para a entidade e assim possam ser confiavelmente mensurados. Os rendimentos e encargos incidentes sobre os Ativos e Passivos e suas realizações estão reconhecidas no resultado;

03.13 Reconhecimento das Receitas: A receita da prestação de serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços de saúde no curso normal das atividades da empresa e é apresentada líquida das contribuições, das devoluções e dos descontos incondicionais. A receita da prestação de serviços é reconhecida quando o resultado de transação envolvendo a prestação de serviços puder ser estimada de forma confiável, ou seja, quando todas as condições a seguir forem satisfeitas:



- a) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável;
- b) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade;
- c) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável.

03.14 Julgamento e Uso das Estimativas Contábeis: A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a administração da Instituição se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre os dados das suas demonstrações. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A entidade revisa as estimativas e as premissas, pelo menos, anualmente. As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das Demonstrações Financeiras, são:

- a) créditos de liquidação duvidosa que são inicialmente provisionados e posteriormente lançados pela perda quando esgotadas as possibilidades de recuperação;
- b) vida útil, valor residual e impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;
- c) expectativas de realização de créditos tributários diferidos de contribuições;
- d) passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto a assessoria jurídica da Instituição.

03.15 Eventos Subsequentes: A Instituição não registrou nenhum evento subsequente que se torna necessário fazer a publicação em notas explicativas ou outras providências previstas na legislação contábil em vigor.

NOTA 04 - CONTAS A RECEBER

Os itens que compõe o saldo das Contas a Receber estão a seguir relacionados com seus respectivos valores:

Contas a Receber	31/12/2015	31/12/2014
Convênios de Planos de Saúde a Receber	1.312.825	871.315
Glosas Recursáveis de Planos de Saúde a Receber	183.614	63.591
Clientes Particulares a Receber	3.108	8.127
Adiantamentos de Férias para Funcionários	10.021	7.731
Entidade Congêneres a Receber	39.986	522
Operadoras de Cartões a Receber	13.157	8.563
Depósitos Judiciais a Receber	0	8.326
(-) Deduções de Créditos de Liquidação Duvidosa	(103.890)	(57.689)
Total a Receber Líquido	1.458.821	910.486

NOTA 05 – REALIZÁVEL A LONGO PRAZO (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

- a) Aplicação – Corresponde a um depósito para abertura de uma conta na Cooperativa Financeira Uniprime.



b) Adiantamento – Valor referente a antecipação de pagamento da compra de um terreno para construção da nova unidade de atendimento da Instituição.

Realizável a Longo Prazo	31/12/2015	31/12/2014
Investimento - Cooperativa Financeira Uniprime	0	1.654
Adiantamento - Antecipação de Pagamento de Terreno	0	1.000.000
Total a Realizável a Longo Prazo	0	1.001.654

NOTA 06 - IMOBILIZADO E INTANGÍVEL (ATIVO NÃO-CIRCULANTE)

a) Imobilizado - Os ativos Imobilizados são contabilizados pelo custo de aquisição ou construção, corrigidos até 31 de dezembro de 1995, conforme parâmetros estabelecidos e vigente na época. As depreciações dos bens que compõem o imobilizado foram calculadas pelo método linear a taxas anuais que levam em consideração o tempo de vida útil estimada dos bens.

Imobilizado	Terrenos	Edifícios e Benfeitorias	Móveis e Utensílios	Máquinas e Equipamentos	Equipamentos Informática	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	513.264	885.174	119.672	378.502	103.767	2.000.379
Aquisições e Baixas	0	0	16.278	44.518	82.665	143.461
Depreciações	0	(48.566)	(20.393)	(52.914)	(58.158)	(180.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	513.264	836.608	115.557	370.106	128.274	1.963.809
Custo do Imobilizado	513.264	1.214.150	238.176	624.105	306.167	2.895.862
Depreciação Acumulada	0	(377.542)	(122.619)	(253.999)	(177.893)	(932.053)
Valor Residual	513.264	836.608	115.557	370.106	128.274	1.963.809
Saldos em 1º de janeiro de 2015	513.264	836.608	115.557	370.106	128.274	1.963.809
Aquisições e Baixas	5.500.000	0	82.946	574.243	139.744	6.296.933
Depreciações	0	(48.566)	(23.122)	(71.133)	(87.240)	(230.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	6.013.264	788.042	175.381	873.216	180.778	8.030.681
Custo do Imobilizado	6.013.264	1.214.150	320.930	1.201.278	442.039	9.191.661
Depreciação Acumulada	0	(426.108)	(145.549)	(328.062)	(261.261)	(1.160.980)
Valor Residual	6.013.264	788.042	175.381	873.216	180.778	8.030.681

b) Intangível - Os ativos Intangíveis são contabilizados pelo custo de aquisição, deduzidos da amortização do período, inicialmente reconhecidos pelo valor líquido contábil, sendo que os intangíveis estão reavaliados com base em laudos de empresas especializadas e de peritos até 2007, conforme parâmetros estabelecidos na vigente época. As amortizações do intangível foram calculadas pelo método linear, levando-se em consideração o período estimado de seus benefícios para as suas atividades.



	Intangível	Softwares	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014		11.682	11.682
Amortizações		(11.317)	(11.317)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		365	365
Custo do Intangível		45.338	45.338
Amortização Acumulada		(44.973)	(44.973)
<u>Valor Residual</u>		<u>365</u>	<u>365</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2015		365	365
Amortizações		(365)	(365)
Saldos em 31 de dezembro de 2015		0	0
Custo do Intangível		45.338	45.338
Amortização Acumulada		(45.338)	(45.338)
<u>Valor Residual</u>		<u>0</u>	<u>0</u>

NOTA 07 - OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO (PASSIVO CIRCULANTE)

Este grupo está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo das contas de fornecedores de material e serviços em geral, obrigações fiscais empregatícias, tributárias e outras obrigações, bem como as provisões sociais.

Contas a Pagar	31/12/2015	31/12/2014
Fornecedores a Pagar	634.277	462.404
Impostos Retidos a Recolher	24.755	13.550
COFINS a Pagar	425.265	189.377
Encargos da Folha de Pagamento a Pagar	43.494	36.643
Salários e Serviços de Terceiros a Pagar	41.756	38.549
Entidade Congêneres a Pagar	2.988	6.518
Seguros a Pagar	544	475
Depósitos Não Identificados	1.920	188
Fundos em Confiança Atividades Funcionários	12.407	18.692
Total a Pagar Líquido	1.187.406	766.396

NOTA 08 - EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO (PASSIVO NÃO CIRCULANTE)

Este item está composto pelo seu valor nominal, original e representa o saldo do empréstimo tomado junto a União Sul Brasileira da IASD, que pertence ao mesmo grupo econômico, recurso este utilizado para antecipação de pagamento de um terreno para construção de uma nova unidade de atendimento da Instituição.

Empréstimo	Encargos Anuais	31/12/2015	31/12/2014
Passivo Não Circulante			
União Sul Brasileira da IASD	0%	3.040.000	1.000.000
Total de Empréstimo		3.040.000	1.000.000



O empréstimo de longo prazo tem o seu cronograma de pagamento com início em 2016.

NOTA 09 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido é apresentado em valores atualizados e compreende o Patrimônio Social, acrescido do Superávit do Exercício conforme consta na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

NOTA 10 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE ATIVOS

Conforme a Resolução 1.292/10 e NBC TG 01, a entidade, através de deliberação de diretoria, entendeu a não necessidade de testar a recuperabilidade dos ativos no exercício de 2015, pois o mesmo foi discutido e constatou-se que esses ativos encontram-se registrados corretamente, pois foram avaliados a valor de mercado neste exercício de 2015. Para o exercício de 2016 a entidade poderá determinar a vida útil dos bens existentes no Ativo Imobilizado e Intangível, bem como poderá realizar o diagnóstico da necessidade de realização da Provisão para Perdas - Impairment, das demais contas, visando atender a Lei 11.638/07 e os Pronunciamentos Contábeis Técnicos CPC 01, CPC 04 e CPC 27.

NOTA 11 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (DFC) - MÉTODO UTILIZADO INDIRETO

A Demonstração do Fluxo de Caixa foi elaborada em conformidade com a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade CFC Nº. 1.125/08 que aprovou a NBC TG 3 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e também de acordo com a Resolução 1.152/09 que aprovou a NBC TG 13.

NOTA 12 - PROVISÃO PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

A Instituição possui processos em andamento de natureza trabalhista e tributária. As respectivas provisões para contingências, quando necessárias, são constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos para os processos cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável. Quando necessário, foram efetuados depósitos judiciais. Em atendimento a Resolução CFC 1.180/09, e respaldado por documento recebido da Assessoria Jurídica, constando os processos administrativos, trabalhistas e tributários, que a entidade possui e a situação provável com suficiente segurança das perdas desses valores, constituímos uma provisão para contingências passivas, reconhecidas contabilmente as quais demonstramos abaixo a situação em 31 de dezembro de 2016:

Provisões para Contingências	31/12/2015	31/12/2014
Provisões Trabalhistas	30.000	50.000
Provisões Tributárias	0	30.282
Provisões Férias e Encargos	20.371	15.809
Total de Provisões	50.371	96.091

NOTA 13 - OUTRAS RECEITAS / DESPESAS

Conforme a Resolução 1.152/09 e 1.157/09 e a Lei nº. 11.941/09 as receitas e despesas não operacionais foram classificadas no Grupo "Outras Receitas / Despesas" no grupo operacional e não após a linha do "resultado operacional". Abaixo descrevemos os valores que compõem este grupo:

Outras Receitas	31/12/2015	31/12/2014
Depósitos Bancários Não Identificados	2.900	3.798
Reversões de Provisões	130.910	116.788
Total de Outras Receitas	133.810	120.586



Outras Despesas	31/12/2015	31/12/2014
Contas Incobráveis	(16.847)	(119.201)
Despesas do Exercício Anterior	(6.830)	(657)
Total de Outras Despesas	(23.677)	(119.859)

NOTA 14 - DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

O superávit do exercício de 2014 foi incorporado ao Patrimônio Social e o Superávit de 2015 será incorporado ao Patrimônio Social em conformidade com as exigências legais, estatutárias e a Resolução 1.409/2012 que aprovou a ITG 2002 em especial no item 15 que descreve que o valor do superávit ou déficit deve ser incorporado ao Patrimônio Social.

NOTA 15 - COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas adotadas permanentemente, a entidade adota a política de contratar cobertura de seguros de vida e contra acidentes pessoais e seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros considerando a natureza de sua atividade e assim atendendo principalmente o Princípio Contábil da Continuidade.

NOTA 16 - IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

Em virtude da Instituição ser sem fins lucrativos, por força do Art. 150, Inciso VI, alínea "C" e seu parágrafo 4º da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988 goza de imunidade à incidência dos impostos federais, estaduais e municipais tais como: Imposto Sobre Renda - IR, Contribuição Social sobre Lucro Líquido – CSLL, Imposto sobre Propriedade Territorial Urbana - IPTU, Imposto Territorial Rural – ITR, Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis - ITBI, Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza – ISSQN e Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS.

NOTA 17 - DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS

A Instituição não distribuiu resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto, bem como, seus dirigentes, conselheiros, sócios e demais beneméritos, não perceberam vantagens ou benefícios, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes fossem atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, no exercício de 2015 e 2014.

Curitiba, 31 de dezembro de 2015.

Carlos Alberto Blotz
Contador
 CRC/PR 047958/O-1



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria da

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE

Curitiba – PR

1. Examinamos as Demonstrações Financeiras da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do Superávit ou Déficit, das Mutações do Patrimônio Social e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2. A Administração da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

RESPONSABILIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.
4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INSTITUIÇÃO ADVENTISTA SUL BRASILEIRA DE SAÚDE em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

OUTROS ASSUNTOS

7. **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior** – Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, conforme relatório datado de 29 de abril de 2015, o qual não conteve qualquer modificação.

Porto Alegre, 28 de abril de 2016

Mauro Schmitt Soares
Contador CRC RS-084055/O-5 S-PR
CPF 280.474.350-00

TSA Auditores Associados Sociedade Simples
CRC RS-004240/O-1 S-PR
CNPJ 05.750.330/0001-18



DECLARAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e do Relatório dos Auditores Independentes

Após exame das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, bem como do Relatório da TSA Auditores Independentes, a diretoria declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no Relatório de Auditoria Independente emitido pela TSA Auditores Associados.

Curitiba, 28 de abril de 2016.

Marlinton Souza Lopes
Presidente

Charles Edson Rampanelli
Diretor

Edson Erthal de Medeiros
Administrador